








Editorial

  **Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**
Editora Chefe
mariacristinavidotte@ufg.br

  **Thiago Henrique Costa Silva**
Editor Adjunto
thiagohcs@discente.ufg.br

  **Adenevaldo Teles Junior**
Equipe Editorial
adenevaldo.teles@discente.ufg.br

 **Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos**
Equipe Editorial
adriano_vasconcelos@discente.ufg.br

  **Leandro Campêlo de Moraes**
Equipe Editorial
campelomoraes@discente.ufg.br

 **Marilia Araujo Caixeta**
Equipe Editorial
marilia.caixeta27@gmail.com

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, contribui para a difusão de conhecimento, oferecendo aos leitores diversos textos jurídicos. Conforme se é esperado, a Revista mantém um espaço destinado ao estudo do Direito Agrário, campo por excelência de sua gênese.

O periódico também prestigia textos de variadas áreas do conhecimento, mantendo sempre estudos sobre teoria e filosofia do Direito e Direito Socioambiental. Os textos selecionados contribuem com notável leitura crítica da realidade e proposições de transformação social. Cada publicação da Revista busca proporcionar uma abordagem multidisciplinar do Direito e contemplar autores brasileiros e estrangeiros.

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

Os textos da presente edição discorrem sobre a atuação do Poder Judiciário nas demandas climáticas, julgamentos e posição doutrinária do Supremo Tribunal Federal, direito à alimentação familiar, além de reflexões atinentes ao ativismo jurídico e aos Direitos Humanos, bem como a dominação e a discriminação contra pessoas negras, povos indígenas e a ontologia da justiça popular caipira.

Inicialmente, Diogo Andreola Serraglio, Heline Sivini Ferreira e Rullyan Levi Maganhati Mendes realizam uma investigação acerca da atuação do Poder Judiciário brasileiro nas políticas de mitigação dos impactos ambientais, especialmente dos biomas Cerrado e Amazônia.

Em seguida, José Ribas Vieira, Camila Luna de Carvalho e Mário Cesar da Silva Andrade observam a tensão entre as doutrinas do Living Constitution e do majoritarismo democrático, que aparecem na jurisdição do Supremo Tribunal Federal. Para isso, os autores analisam o julgamento da ADPF n. 132 e da ADI n. 4277, que tratam sobre o reconhecimento jurídico da união estável homoafetiva.

As autoras Luciane Klein Vieira e Taísa Nara de Oliveira Barbosa demonstram como a ratificação da Convenção de Haia sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em Benefício dos Filhos e de outros Membros da Família, pelo Brasil, em 2017, propicia a cooperação internacional e permite a comunicação ágil e eficaz entre os Estados partes, beneficiando o alimentando, objeto da tutela pretendida.

Na seara agrária, Raimundo Wilson Gama Raiol e Andrea Ferreira Bispo analisam como a sobreposição da territorialidade dos povos indígenas pela mentalidade ocidental autoriza uma atuação estatal que perpetua a dominação e subordina sociedades diferentes, expondo-as à discriminação e ao conseqüente extermínio.

Em consonância com a discussão anterior, Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega elabora uma percepção teórico-metodológica que reflete sobre a condição histórica do negro como agente central e sujeito de luta e de resistência na conformação do capitalismo.

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

Na perspectiva de ampliação de direitos, Eduardo Biacchi Gomes e Ane Elise Brandalise Gonçalves debatem como a legislação brasileira, para concessão de asilo e de refúgio, à luz da descolonização, avança e, ainda, pode contribuir para a construção dos direitos humanos na América Latina.

Outro importante tema dentro dos direitos humanos é abordado por Salvador Morales Ferrer, que discute a aprovação de lei na Espanha e reconhece a possibilidade de autorização da eutanásia por parte do enfermo em estado terminal, por seus familiares ou pelo médico.

Por outro lado, João da Cruz Gonçalves Neto analisa o ativismo judicial a partir do pensamento de Wendy Brown, Dardot e Laval, e aponta que as experiências desse tipo, empreendidas no Brasil, durante o governo do Partido dos Trabalhadores, não se sustentam, mas reforçam as oligarquias locais em razão da ausência de instituições políticas e jurídicas sólidas, bem como a ausência de uma cultura democrática razoavelmente estabelecida.

A indagação acerca da justiça e da vingança é contextualizada por Antonio Sá da Silva, que distingue a lógica helênica basilar do direito ocidental, da realidade do universo caipira, que possui outra percepção do mundo.

A relação entre questão agrária brasileira, trabalho rural e os possíveis impactos de alterações do sistema de Previdência Social Especial Rural no Brasil são, por fim, abordados pelas autoras Thais Giselle Diniz Santos e Katya Regina Isaguirre-Torres, que tratam a questão partir do ponto de vista do trabalhador rural brasileiro.

Assim, com o apoio dos autores dos textos aprovados para o presente número, a Revista da Faculdade de Direito da UFG pretende efetivar a contribuição para a divulgação científica do campo dos estudos jurídicos contemporâneos.

Uma boa leitura a todos e todas!
Os editores.